



## **A ATUAÇÃO DAS MULHERES DO NORTE NA LUTA PELA TERRA: PRÁTICAS EDUCACIONAIS EM CONTEXTOS DE RESISTÊNCIA**

*EL DESEMPEÑO DE LAS MUJERES DEL NORTE EN LA LUCHA POR LA TIERRA:  
PRÁCTICAS EDUCATIVAS EN CONTEXTOS DE RESISTÊNCIA*

*THE ROLE OF NORTHERN WOMEN IN THE STRUGGLE FOR LAND:  
EDUCATIONAL PRACTICES IN CONTEXTS OF RESISTANCE*

Carina Alves TORRES<sup>1</sup>  
Laylson Mota MACHADO<sup>2</sup>

### **RESUMO**

O presente trabalho tem por objetivo apresentar a atuação de mulheres indígenas Apinajés e de uma liderança ribeirinha na luta pela terra, buscando destacar a luta da mulher em territórios tradicionais enfatizando as ações femininas desenvolvidas nas comunidades que ocupam, e os processos de resistência enfrentados por elas. As comunidades em estudo situam-se na região Norte do Brasil, tratando-se especificamente do estado do Tocantins. Desse modo, busca-se apresentar como lideranças femininas apinajés desenvolveram práticas educativas em suas comunidades, com atuações voltadas para a prevenção da Covid-19, segurança alimentar e outras demandas territoriais. É notório que as mulheres, passaram a ocupar a função de lideranças em suas comunidades com mais recorrência,

<sup>1</sup> Mestra em Estudos de Cultura e Território (PPGCULT/UFT), Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Pelotas, RS, Brasil. E-mail: carinatorres123alves@gmail.com

<sup>2</sup> Mestre em Estudos de Cultura e Território (PPGCULT/UFT), Doutorando em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Pelotas, Rs, Brasil. E-mail: laylsonmm@gmail.com

delineando mudanças estruturais na questão de gênero, nesse sentido, analisamos essas concepções a partir de duas perspectivas culturais, através da educação não formal, por entender que nessas comunidades os conhecimentos e saberes são perpetuados pela oralidade e práticas do cotidiano. Da mesma forma, que destacamos o processo político e educativo dos movimentos sociais, como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), imprimem sentidos e significados de luta e resistências por territórios em disputa, como a população ribeirinha do Acampamento Coragem enfrenta atualmente, tendo na representação da comunidade uma mulher, negra, ribeirinha e pescadora a atuação nos processos de permanência na terra. Por meio disso, este trabalho enfatiza a atuação de mulheres em diferentes contextos, seja na luta pela terra, nas ações voltadas para a prevenção da COVID -19, e nos processos educativos protagonizados por elas. Com isso, a atuação dessas mulheres destaca o protagonismo de mulheres indígenas e ribeirinhas na luta pela terra e em seus processos de resistência.

**Palavras-chave:** Práticas educativas; Comunidades tradicionais; Lideranças; Luta pela terra; Resistências

## RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo presentar el papel de las mujeres indígenas Apinajés y un liderazgo ribereño en la lucha por la tierra, buscando resaltar la lucha de las mujeres en los territorios tradicionales, enfatizando las acciones femeninas desarrolladas en las comunidades que ocupan y los procesos de resistencia que enfrentan. Las comunidades en estudio están ubicadas en la región norte de Brasil, específicamente en el estado de Tocantins. Así, buscamos presentar cómo las mujeres líderes de Apinajé desarrollaron prácticas educativas en sus comunidades, con acciones dirigidas a prevenir la covid-19, la seguridad alimentaria y otras demandas territoriales. Es notorio

que las mujeres pasaron a ocupar el rol de líderes en sus comunidades con más recurrencia, esbozando cambios estructurales en el tema de género, los saberes y saberes de las comunidades se perpetúan por la oralidad y las prácticas cotidianas. Asimismo, destacamos el proceso político y educativo de los movimientos sociales, como el Movimiento de Afectados por Represas (MAB), imprimen sentidos y significados de lucha y resistencia por territorios en disputa, como enfrenta actualmente la población ribereña del Acampamento Coragem, habiendo en la representación de la comunidad, una mujer, negra, ribereña y pescadora, actuando en los procesos de permanencia en la tierra. A través de esto, este trabajo enfatiza el papel de las mujeres en diferentes contextos, ya sea en la lucha por la tierra, en las acciones dirigidas a la prevención del COVID -19, y en los procesos educativos que llevan a cabo. Con esto, las acciones de estas mujeres resaltan el protagonismo de las mujeres indígenas y ribereñas en la lucha por la tierra y en sus procesos de resistencia.

**Palabras clave:** Prácticas educativas; Comunidades tradicionales; Liderazgo; Lucha por la tierra; Resistencias

### ABSTRACT

This paper aims to present the performance of indigenous Apinajés women and a riverine leadership in the struggle for land, seeking to highlight the struggle of women in traditional territories, emphasizing the female actions developed in the communities they occupy, and the resistance processes they face. . The communities under study are located in the northern region of Brazil, specifically in the state of Tocantins. Thus, we seek to present how Apinajé female leaders developed educational practices in their communities, with actions aimed at preventing covid-19, food security and other territorial demands. It is notorious that women started to occupy the role of leaders in their communities with more recurrence, outlining structural

changes in the gender issue. communities knowledge and knowledge are perpetuated by orality and everyday practices. Likewise, we highlight the political and educational process of social movements, such as the Movement of People Affected by Dams (MAB), print senses and meanings of struggle and resistance for disputed territories, as the riverside population of Acampamento Coragem is currently facing, having in the representation of the community, a woman, black, riverside and fisherwoman, acting in the processes of permanence on the land. Through this, this work emphasizes the role of women in different contexts, whether in the struggle for land, in actions aimed at the prevention of COVID -19, and in the educational processes carried out by them. With this, the actions of these women highlight the protagonism of indigenous and riverine women in the struggle for land and in their processes of resistance.

**Keywords:** Educational practices; Traditional communities; Leaderships; Fight for land; Resistances

## 1. Introdução

Este trabalho busca enfatizar a luta de mulheres indígenas e ribeirinhas, a partir das atuações políticas na luta pelo território, mostrando as práticas educativas que elas vêm desenvolvendo em suas comunidades. Nessa perspectiva se percebe que as mulheres estão mais presentes no que tange as demandas políticas e culturais, pois são detentoras de conhecimentos tradicionais, rituais, cultivo de roças, confecção de artesanatos e festas culturais. A atuação dessas mulheres se dá pela promoção do desenvolvimento sustentável, buscando um equilíbrio social, econômico e cultural.

Estudar as práticas femininas e seu papel nas comunidades tradicionais implica na compreensão das diferentes perspectivas sociais inerentes a estas sociedades que se organizam de múltiplas maneiras, muitas vezes inexistindo comparações com a realidade social das grandes sociedades <sup>3</sup>

<sup>3</sup> BRAGA, F. R; BERTOLDI, M. R. *As mulheres das comunidades tradicionais na promoção do desenvolvimento sustentável*. In: CONPEDI/UNICURITIBA. (Org.). XXII Encontro Nacional do CONPEDI/UNICURITIBA. 1ed.Florianópolis: FUNJAB, 2013, v., p. 225-251.

Nas comunidades pesquisadas as práticas femininas são caracterizadas pela agroecologia, desenvolvimento sustentável e movimentos políticos, sendo que cada comunidade tradicional, possui suas características culturais e demanda social específica do território.

É notório que nas últimas décadas as mulheres alçaram vários espaços sociais, políticos e educacionais na sociedade, se constituindo um marco histórico na luta contra o machismo, patriarcalismo e desigualdade de gênero. Nesse contexto destacamos o patriarcalismo como estrutura de poder das relações sociais, sendo um fenômeno perpetuado hierarquicamente e reproduzido em nossa sociedade.<sup>4</sup> Apesar das mudanças significativas de gênero nos últimos anos são perceptíveis às relações patriarcais, estruturando várias instâncias sociais, como a esfera política, pois as mulheres são minorias nos cargos públicos políticos. Nas comunidades pesquisadas, as mulheres estão ocupando com mais recorrência a estrutura política, atuando na defesa territorial, educacional e cultural. No contexto pandêmico elas lutaram por políticas sociais, saúde e segurança alimentar.

Diante disso, que este trabalho destaca a atuação destas mulheres nos espaços que ocupam, enfatizando que a representação feminina é presente nas trajetórias das mulheres indígenas apinajés, assim como, da liderança ribeirinha da comunidade do Acampamento Coragem. Com isso, as ações desenvolvidas na luta pela terra, nos processos educativos formados por elas, destacam perspectivas políticas e educacionais que estas mulheres nortistas protagonizam em seus processos de resistência.

## 2. Método

Os caminhos metodológicos deste trabalho são guiados pela metodologia de pesquisa qualitativa, com uso da história oral de vida, observações em campo e entrevistas exploratórias. Cabe ressaltar que alguns dados foram obtidos anterior ao contexto pandêmico, por isso o contato com o campo e a interação com as interlocutoras foi possível. Em relação aos dados acerca do contexto pandêmico vivenciado pelas mulheres apinajés, realizou-se através de conversas e narrativas realizadas com as lideranças femininas das comunidades pesquisadas, devido o contexto de isolamento

<sup>4</sup> SAFIOTTI, B.I. Hellieth. *Gênero, Patriarcado, Violência*. Editora, fundação Perseu Abramo. São Paulo 2004.

social e pandêmico o contato ocorreu através das redes sociais e pela plataforma meet.

### 3. Mulheres indígenas apinajés: práticas educativas no contexto pandêmico

É importante mencionar que esse estudo parte da premissa de destacar a participação das mulheres nas práticas educativas a partir da função de liderança em suas comunidades, pois são pautas que atravessa a conjuntura política nacional no tocante dos direitos dos povos indígenas delineando os retrocessos como o marco temporal<sup>5</sup> no governo atual, pois elas lutam e protegem seus territórios contra essas medidas. As mulheres da etnia Apinajé e do Acampamento Coragem realizam vários movimentos culturais e políticos em seus territórios, e na realidade pandêmica, realizaram, reuniões, barreiras sanitárias, roças comunitárias e outros movimentos, articulados coletivamente através do diálogo e troca de saberes. Freire (2020)<sup>6</sup> demonstra a importância do desenvolvimento do diálogo no processo educativo em oposição ao método bancário, ou seja, fundamenta o diálogo no amor e aborda também a práxis, que tem como dimensões: ação, reflexão e ação transformadora. Nessa perspectiva as comunidades indígenas, ribeirinhas e camponesas possuem características educacionais permeadas pelos saberes e conhecimentos tradicionais, através do cotidiano, manejo das roças, cosmologias e rituais. A educação não formal ocorre em outros territórios que não sejam propriamente espaços escolares:

É interessante enfatizar que a educação não formal se processa em quaisquer atividades que ocorram fora do ambiente escolar, se vinculando a museus, meios de comunicação, instituições que organizam eventos de diversas ordens, assim, a aprendizagem se constitui de acordo com o desejo individual<sup>7</sup>.

Nesse movimento, destaco as práticas educativas não escolares das comunidades pesquisadas, proferidas pelo contexto de pandemia. São nítidos os diversos eventos que o povo Apinajé e os ribeirinhos do Acampamento Coragem realizam em suas

<sup>5</sup> O chamado Marco temporal é uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) que defende que povos indígenas só podem reivindicar terras onde já estavam no dia 5 de outubro de 1988.

<sup>6</sup> FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020.

<sup>7</sup> LEANDRO, E. F.; DIAS, A. L.; BOMFIM, A. C. *A educação não formal: Um espaço alternativo da educação*. In: XIII Congresso Nacional de Educação EDUCERE: EDUCERE III Congresso Nacional de Educação: Anais. Curitiba, 2017. p. 7209-7219.

comunidades, pois são movimentos voltados para a transmissão de saberes, militância política e valorização cultural.

A etnia Apinajé está localizada no extremo norte do estado do Tocantins, situadas nos territórios das cidades de Tocantinópolis, Itaguatins, Luzinópolis, Cachoerinha e Maurilândia. O território é de 142 mil hectares com uma população de 2342 segundo os dados da Siasi/ Sesai de 2014. A língua materna é o Apinajé e a família linguística é o Jê. Segundo Torres<sup>8</sup> o território possuía 45 aldeias, circundadas principalmente no território da cidade de Tocantinópolis e Maurilândia. A etnia Apinajé possui uma rede de relação através da Associação Pempxá- União das aldeias<sup>9</sup>, que tem o intuito de fortalecer a união do povo, através de articulações políticas, culturais e territoriais. Essa etnia possui um número significativo de mulheres chefiando aldeias, como aponta Rocha.<sup>10</sup> A partir dos anos 2000 até 2018, já foram 12 aldeias chefiadas por mulheres: Maricota (aldeia Custa me Ver), Maria de Almeida (aldeia Brejinho), Djé – Maria de Jesus (aldeia Macaúba), Nhiro (aldeia Irepxi), Joanita (aldeia Areia Branca), Edna (aldeia Palmeiras), Nair (aldeia formigão), Graça (aldeia Bacabinha), Irê/Cupity (aldeia Cipozal), Panlé (aldeia Bonito) e Dona Raimunda (aldeia São Raimundo). Rocha destaca as atividades cotidianas das mulheres Apinajé:

A mulher Apinajé passa boa parte do seu dia, realizando atividades que nutrem o funcionamento das aldeias. Fazem artesanato, trabalham na roça, trabalham em instituições na aldeia, e realizam atividades, política, social e cultural, dentro e fora do território Apinajé<sup>11</sup>.

São diversas atividades cotidianas que essas mulheres realizam, se constituindo práticas educativas, pois as mais idosas transmitem o conhecimento para as mais jovens. Durante a pesquisa de campo no ano de 2018 e 2019, presenciamos vários eventos, como a troca de sementes, que se constitui uma ocasião que as pessoas

<sup>8</sup> TORRES, Carina, Alves. *Mulheres Indígenas Apinajé: Trajetórias Socioespaciais em Tocantinópolis (TO)*. 2020, 115f, Dissertação de (Mestrado em Estudos de Cultura e Território) - Universidade Federal do Tocantins, UFT: Araguaína, 2020.

<sup>9</sup> A associação foi criada no dia 29 de agosto de 2008, realizada às margens do ribeirão Botica próxima a aldeia Patizal onde estavam presentes os caciques.

<sup>10</sup> ROCHA, Welitânia de Oliveira. *O movimento das mulheres indígenas Apinajé: Tempo, Política e chefia feminina*. 2018. 128f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade de Brasília. DF: Brasília, 2018.

<sup>11</sup> ROCHA, Welitânia de Oliveira. *A vida de Nhiro: etnobiografia de uma cacica Apinajé*. 2016. 58f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal do Tocantins, UFT: Tocantinópolis, 2016.

trocam sementes e raízes, no qual a comunidade participa apresentando a utilidade das sementes.

Desde o início da pandemia, as mulheres indígenas Apinajé e especificamente as cacicas, estiveram à frente de notícias, informações e políticas sociais acerca da proliferação do vírus da Covid-19, prevenção e organizações de barreiras sanitárias. A Secretária Especial de Saúde Indígena (SESAI) e Fundação Nacional do Índio (FUNAI) esteve presente nas articulações sociais, através de assistência, parcerias e logística. Uma das primeiras medidas tomada pelas cacicas, foi à campanha pela doação de máscaras e álcool, no qual receberam várias doações da prefeitura municipal de Tocantinópolis, comerciantes, políticos e outras pessoas da região. As lideranças femininas estiveram presente em reuniões organizadas pela Associação Pempxá, no qual mostraram a importância do cultivo das roças comunitárias para a segurança alimentar do território, além de lutar por cestas básicas para as famílias carentes da comunidade.

As mulheres realizaram orientações acerca do uso de máscara, higienização e cuidados no deslocamento a cidade de Tocantinópolis nos cuidados higiênicos das compras no comércio. Foram construídos panfletos com orientações de higienização e prevenção a Covid-19 em português e na língua materna Apinajé. Em conversa com uma das lideranças, ela narrou que as mulheres fizeram chás, lambedor e garrafadas para tratamento natural da covid-19, além de cultivar plantas para chás, pra aumentar a imunidade dos moradores da aldeia.

As barreiras sanitárias iniciaram em Abril de 2021, com orientações por parte da secretaria de saúde-polo indígena de Tocantinópolis, em articulação com a associação pempxá, foi organizada os horários de cada voluntário para ficar nas barreiras. As mulheres eram majorias nesse movimento, como narra à universitária Delma:

Desde que começou a pandemia, nós aqui na aldeia, estamos articulando para o vírus não chegar à aldeia, assim não aceitamos pessoas externas, só o pessoal da saúde e da FUNAI. Já teve muita reunião e as mulheres sempre a frente e falando como a cacica Irepxi, que sempre fala da importância da união do povo, pra nós vencer esse vírus (DELMA, Maio de 2020).

A narrativa de Delma destaca a importância da participação feminina nas decisões do território, além de mostrar a relevância da união do povo Ainajé no combate ao vírus. É importante ressaltar que durante esses eventos pandêmicos, ocorria na política nacional uma ação do Supremo Tribunal Federal (STF) que determinava que os povos



indígenas só poderiam reivindicar terras onde já estava no dia 05 de outubro de 1988, assim as etnias de todo o Brasil, começaram reivindicar sobre essa medida. As lideranças Apinajé organizaram paralisações e interdição da TO-210 uma das estradas que dá acesso a Tocantinópolis, ocorreu corrida da Tora<sup>12</sup>, danças, falas e pinturas corporais no local, as mulheres estavam organizando faixas, cartazes, pintando as pessoas presentes e realizando falas. Outro evento que as mulheres Apinajé participaram foi o acampamento da II Marcha Nacional das Mulheres Indígenas que ocorreu em Brasília, reunindo mais de cinco mulheres indígenas de 172 etnias com temática “Mulheres originárias: Reflorestando mentes para a cura da Terra” entre as pautas estava a reivindicação contra o marco temporal. As mulheres Apinajé que participaram da marcha foram às universitárias, cacicas e estudantes do ensino médio.

Sacchi destaca, “[...] o ponto de vista das mulheres indígenas quando assumem novas representações diante das múltiplas relações que seus povos estabelecem com o Estado e atores/ atrizes sociais diversos/as”<sup>13</sup>. As mulheres da etnia Apinajé, vêm desenvolvendo e articulando várias demandas políticas, estabelecendo diálogos muitas vezes não amigáveis com o estado, esfera municipal e outras instituições. É importante salientar que as mulheres que adentram a universidade, incentivam outras mulheres a participarem das demandas sociais da etnia, outro fato observado é que as cacicas Apinajé, não receberam a educação formal, mas cresceram vendo a mãe, avó e parentes envolvidos nas questões políticas e sociais se constituindo um marco essencial na construção política dessas mulheres. Ou seja, são práticas educativas vivenciada no cotidiano através da reprodução de saberes e conhecimentos tradicionais.

#### 4. “Sou uma mulher lutadora e quero continuar sempre lutando, pescando e trabalhando”: a trajetória de vida de uma atingida pela UHE de Estreito

O Acampamento Coragem destaca-se por um grupo de atingidos/as pela Usina Hidrelétrica de Estreito (UHEE), que atualmente ocupam uma terra na cidade de

<sup>12</sup> Festa cultural da etnia Apinajé, com toras da árvore de buriti.

<sup>13</sup> SACCHI, Ângela, GRAMKOW, Márcia Maria. (Orgs.) *Gênero e povos indígenas: coletânea de textos produzidos para o "Fazendo Gênero" e para a "27ª Reunião Brasileira de Antropologia"*. Rio de Janeiro, Brasília: Museu do Índio/ GIZ/FUNAI, 2012, p. 17.

Palmeiras do Tocantins (TO), buscando reivindicar seus direitos a moradia, a pesca e a subsistência. O grupo é composto por trinta e seis acampados que tem como representante uma mulher, negra, atingida e pescadora, que junto dos demais moradores há seis anos resistem na terra que hoje ocupam, lutando contra o Consórcio Estreito Energia (CESTE) que disputa judicialmente a posse da terra que se situa o acampamento.

A liderança feminina neste território ocorreu perpassando diversos fatores sejam o de militância junto ao Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), ou de posicionamento antes as investidas do Estado contra os atingidos. A escolha da representante ocorreu de forma coletiva, em que a comunidade mensalmente reunindo-se para discutirem as demandas do acampamento a escolheram como liderança, pois a mesma “estava mais dentro do movimento”, e por o MAB está junto na luta pela conquista da terra, os acampados consideraram importante o fato da participação da líder junto ao movimento social.

Desde então, as demandas tomadas pela pescadora perpassam trajetórias de enfrentamento, luta e resistência. Como a participação em audiências públicas, as formações e eventos promovidos pelo movimento social, assim como, a formação enquanto militante nas tomadas de decisões. Em sua trajetória de vida a relação com a terra e o rio são fatores interligados desde sua infância com a sua vida, conforme destaca a pescadora:

Já vim ainda era criança, pro Estreito. Meu pai mudou e ai ribeirinho também tava na beira do rio, é pescador. E ai (...) eu que ficava sempre no Estreito, mas eles mesmo moravam na beira do rio né, eram pescador. E ai segui o mesma profissão do meu pai e me casei com um pescador também. (PESCADORA, 03/03/2019).

Nesse sentido, a ligação com o rio e a terra é composta por uma profissão que a pescadora herdou dos pais, e conforme destacado por ela ao se casar com um pescador passou a exercer tal profissão. Através disso, associa-se como sua vida perpassa formas de afetividade com os recursos naturais, tais pressupostos é características das populações tradicionais, conforme Almeida<sup>14</sup>:

Ela designa, deste modo, sujeitos sociais com existência coletiva, incorporando pelo critério político organizativo uma diversidade de situações correspondentes aos denominados seringueiros, quebradeiras de coco

<sup>14</sup> ALMEIDA, Alfredo W. B. *Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais*. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 6, n. 1, p. 9-32. Maio. 2004.

babaçu, quilombolas, ribeirinhos, castanheiros e pescadores que têm se estruturado igualmente em movimentos sociais<sup>15</sup>.

Com o surgimento das Usinas Hidrelétricas estas populações são as que mais sofrem com os efeitos causados por estes grandes empreendimentos, por terem práticas de subsistência associadas ao que a terra e o rio produzem, que na lógica de produção de barragens são os recursos naturais que mais são impactados, e em decorrência disso os modos de vida das comunidades tradicionais. Seguindo essa lógica, a liderança feminina no Acampamento Coragem é composta por uma série de conflitos e efeitos ocasionados pela barragem de Estreito. Segundo Malves e Alves (2018):

Para o Movimento dos Atingidos por Barragens as consequências da construção de grandes empreendimentos hidrelétricos impactam com maior severidade AS MULHERES [...], pois assim como os homens, mulheres atingidas precisam se adaptar a novos padrões de vida gerados pelas mudanças forçadas, e nesse processo elas recebem maior pressão e coação das empresas durante as negociações. Elas sofrem mais com a perda de vínculos afetivos com a vizinhança, ou mesmo com a ameaça constante de exploração sexual, prática frequente nas áreas dos grandes projetos<sup>16</sup>.

Conforme destacado pelas autoras, as Usinas Hidrelétricas causam efeitos maiores a vida das mulheres, tendo em vista a readaptação a novos lugares, a padrões de vida e a práticas que outrora eram realizadas e que atualmente não podem ser seguidas. A vida da mulher perpassa agressões sejam de violência física, psicológica ou abusiva, no contexto das barragens, essas agressões recaem sobre a forma com que as mulheres atingidas passam a ter suas especificidades ignoradas pelos empreendedores.

A trajetória de vida de Jacirene é marcada pelas relações afetivas com os pais, motivo ao qual seguiu a mesma profissão. Passando a sair de sua cidade natal para morar no município de Estreito, no sul do Maranhão, na década de 1983. Após se casar ainda em sua adolescência passa a exercer a mesma profissão dos pais e a do marido, pescando e plantando vazantes na beira do rio Tocantins. “Ai comecei só a trabalhar mesmo, pescar. Trabalhando pescando que quem vivia na beira do rio era assim. Plantava milho, abóbora. Naquela época a gente não chamava roça, era vazante né” (PESCADORA, 03/03/2019).

---

<sup>15</sup> *Ibidem*.

<sup>16</sup> MALVES, Patrícia Barba; ALVES, Alice Margarida Negreiros. Da ilha ao Mirindiba: expulsão e invisibilidade de mulheres pela hidrelétrica de Estreito – Tocantins. In: SILVA JÚNIOR, Amintas Lopes da, et. al (Orgs.). *Educação do campo, agroecologia e questão agrária: a experiência do curso de resistência agrária na construção do lala Amazônico*. Marabá, PA: iGuana, 2018.

A pesca é sua principal atividade de subsistência e em decorrência da barragem de Estreito foi o que mais impactou em sua vida, como a falta de peixes, as dificuldades na atividade pesqueira no lago da UHE, e a diversidade do pescado que sofreu com o advento da barragem. Em seus relatos a mesma enfatiza as formas de produção da época antes da barragem e como era a vida antes da chegada do empreendimento. Os pescadores e pescadoras tinham suas atividades realizadas de forma livre, podendo ir e vir do rio a hora que bem entendessem. Atualmente isso ocorre de forma diferente, por ter seu antigo porto que ficava próximo a Colônia de Pescadores sido alagado, hoje para descerem para o rio necessitam do transporte disponibilizado pelo CESTE, para os levarem ao porto da Cooperativa, onde seus barcos ficam ancorados e local de saída pra pesca e para o Acampamento.

Tais fatores acarretam dificuldades de locomoção e horário, pois como o transporte disponibilizado pelos empreendedores só funciona em carga horária determinada, muitas vezes quando retornam da pescaria os/as pescadores/as esperam cerca de muitos minutos para retornarem aos seus lares e assim vender o peixe. Esse e outros fatores estão presentes nas histórias de vida da pescadora que são o que mais lhe incomoda em suas atividades, pois como esta enfatiza “É muita humilhação”.

Cabe ressaltar que a pescadora e demais atingidos/as pela UHE de Estreito passaram pelo processo de desterritorialização, sendo deslocados de seus antigos lugares, passando atualmente a buscar uma forma de se reterritorializar, através disso, que a luta pela terra no Acampamento Coragem enquadra-se numa nova forma de fixar suas territorialidades. Acerca destes processos Saquet<sup>17</sup> destaca que:

Sucintamente, a desterritorialização significa a destruição de antigos territórios e/ou desintegração de novos espaços, em rede; a (re) territorialização, por sua vez, corresponde à constituição de novos territórios com uma nova apropriação política e/ou simbólica do espaço, também, incluindo redes [...] <sup>18</sup>.

Os moradores do Acampamento Coragem passaram pelo processo desterritorializador, e atualmente buscam fixar novas territorialidades na terra em que disputam agora. Acerca desses processos, a pescadora destaca que:

Não, a gente ficou no Estreito, voltou pro Estreito e ai ficou pescando, fazendo barraco e (...). Eles querem que a gente viva pescando com barraca de campo né. Tipo só acampar e tirar as coisas, sair fora do local. Acho que até um fogo

<sup>17</sup> SAQUET, Marcos Aurélio. *Abordagens e concepções sobre território*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

<sup>18</sup> *Ibidem*.

se a gente ascender e eles passar perto, porque com certeza a gente tem que ascender um fogo pra fazer a comida pra comer né. Porque a gente vai pescar a gente passa dois três dias no lago pescando, não têm peixe, ai a gente tem que ir pra um lugar, passa uma noite num lugar e sai no outro dia vai pra outro lugar. Mas ai volta pra aquele acampamento entendeu? (PESCADORA, 03/03/2019).

Com a vinda da barragem que ocasionou o fenômeno da desterritorialização, muitas das populações ribeirinhas passaram a migrar para outras localidades a beira do rio, buscando forma de continuar exercendo suas atividades profissionais, sobretudo as de pesca. Como destacado pela atingida, a vida do/a pescador/a ocorre no percurso que faz no rio na busca pelo peixe, o seu lugar está ligado intrinsecamente a beira do rio, e os acampamentos as margens do rio surgem justamente para que tais atividades continue sendo exercidas, entretanto, os empreendedores não permitem que os/as pescadores/as estejam acampados nessas localidades, ocasionando com isso em formas opressoras de reprimir a atividade profissional da comunidade ribeirinha.

A história de vida da pescadora, mulher, militante e mãe perpassam processos de resistência e luta pelo território, modos de vida e subsistência. As relações que as comunidades ribeirinhas têm com o território abarca campo da afetividade e da memória. Tuan enfatiza que “O lugar é segurança e o espaço é liberdade: estamos ligados ao primeiro e desejamos o outro”<sup>19</sup> Por meio disso, em seus relatos a pescadora sempre rememora o antigo território, o seu lugar antes da construção da barragem, destacando as formas de vida e suas atividades profissionais que ocorriam com melhores condições. Ao ser interrogada sobre o lugar que foi alagado, ela destaca:

Bom porque tá no sossego mas, melhor do que antes do lago eu não acho em lugar nenhum. Porque o sossego que nois tinha foi tudo embora. Mas se eles deixasse nois aqui eu achava bom. Porque pelo menos a gente tem onde guardar as coisas, não era preciso levar toda vez que a gente vinha do rio porque é muita coisa que a gente leva pro rio, pra pescaria. A gente toda vez levar pro Estreito, jogar dentro do carro deles lá e ir pra casa e toda vez voltar do mesmo jeito. Ai a gente tendo esse ponto de apoio pra onde a gente vem e deixa as coisinhas aqui né, tem segurança, que graças a Deus aqui ninguém nunca mexeu em nada aqui. Nois deixa nossas coisa aqui, ai vai no Estreito faz a despesa e volta pra cá de novo, aqui a gente vai pro rio pescar. E é assim, a trajetória é essa. Mas a minha raiva é por causa do sossego, porque a gente não tem mais sossego, porque primeiro pra sair de casa tem que ficar esperando, pra sair do Estreito tem que ficar esperando a boa vontade dos carros que eles botaram lá, os carros pra andar com a gente. E isso ai era livre e desimpedido nossa vida. Nois chegava e saía a hora que queria de casa pra ir pescar (PESCADORA, 03/03/2019).

<sup>19</sup> TUAN, Yi-Fu. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: DIFEL, 1983.

O sossego é uma das características enfatizada pela maioria dos/as ribeirinhos/as em seus relatos acerca dos impactos ocasionados pelo empreendimento, tais fatores sempre se associam as formas de vida que tinham outrora e que atualmente são totalmente diferentes, como destacado em sua narrativa “melhor que antes do lago eu não acho não”, a partir desta fala podemos associar ao que Tuan enfatiza como “Um objeto ou lugar atinge realidade concreta quando nossa experiência com ele é total, isto é, através de todos os sentidos como também a mente ativa e reflexiva”<sup>20</sup>. Com isso, os significados e sentidos dado ao lugar antes da formação do lago são de uma experiência profunda com a terra que viviam, dado o fato de que a vida era melhor e a produção de suas atividades econômicas também.

Através disso, destaca o papel desterritorializador e os impactos socioespaciais que a construção de Usinas Hidrelétricas tem causado as populações tradicionais, como o caso da pescadora atingida pela UHE de Estreito e que atualmente vive no Acampamento Coragem.

##### **5. O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB): a atuação político educativa na formação da população atingida**

As principais demandas do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) são a de lutar pelos direitos dos atingidos e resistir no que se refere às reivindicações para obter suas conquistas. Para tanto, os movimentos sociais apontam um caráter político e educativo na construção de suas lutas e manifestações, com isso pode-se situar a relação que o movimento pode ter com a educação, assim como afirma Gohn:

A relação movimento social e educação existe a partir das ações práticas de movimentos e grupos sociais. Ocorre de duas formas: na interação dos movimentos em contato com as instituições educacionais, e no interior do próprio movimento social, dando o carácter educativo de suas ações<sup>21</sup>.

O caráter educativo abordado pelo movimento social, no caso do MAB, ocorre ao levar aos atingidos as demandas que o movimento pratica como a luta pela terra e a busca por indenização, que são aspectos educativos das ações do próprio movimento. Isso ocorre, muitas vezes, em razão das famílias atingidas não saberem de seus direitos.

---

<sup>20</sup> *Ibidem* p.21.

<sup>21</sup> GOHN, Maria Glória. Movimentos Sociais na contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação* v. 16, n. 47: 333-361, 2011, p. 339.

Nesse sentido, o processo educativo do movimento social também ocorre através da formação política entre os atingidos e atingidas do Acampamento Coragem, como as caminhadas e acampamentos ocorridos no processo de implantação da Usina Hidrelétrica de Estreito, quando muitos dos atingidos protestaram contra a construção da barragem. Foi desse processo que surgiu a militância e a entrada de muitos no movimento.

Desde a implantação da Usina Hidrelétrica de Estreito (UHEE), muitas manifestações contra a construção da barragem foram promovidas. Entre elas, os acampados destacam a caminhada que fizeram da cidade de Araguaína até a cidade de Estreito, passando a acampar em frente à entrada onde hoje se encontra a barragem por um período de aproximadamente um ano e oito meses, quando reivindicavam os direitos do pescador. Dessas manifestações surgiram muitos militantes, como destacado pelos moradores do Acampamento Coragem. Através da luta contra barragens foi que eles tomaram conhecimento do movimento, bem como de seus próprios direitos. Portanto, com esses meios de luta destaca-se a forma com que os movimentos sociais “[...] são fontes de inovação e matrizes geradoras de saberes”<sup>22</sup>.

Entre as inovações e matrizes geradoras de saberes promovidas pelos movimentos sociais, destacam-se os encontros de formação, eventos nacionais e audiências públicas que os acampados enfrentam junto com a participação do MAB. Tratando-se de seu caráter político, dentro do Acampamento Coragem a militância está especificamente ligada aos representantes do acampamento, muitos agora se consideram como militantes do MAB, mas ao tratar-se de assuntos específicos do movimento, a formação política associa-se a líder do acampamento.

Através disso, destacamos a formação que ocorre dentro do Acampamento Coragem, dando ênfase às demandas e tomadas de decisões da representante dos acampados. A liderança no Acampamento foi escolhida de forma coletiva entre os moradores. No início da ocupação, cada um buscou se organizar em seu espaço, e, como destacado por muitos deles, era “Cada um por si e Deus por todos”. Após adentrarem no acampamento, decidiram se reunir mensalmente para debaterem sobre diversas questões, como organização, divisão dos lotes, processo de produção e processos judiciais que enfrentariam para a conquista da terra. Nestas reuniões, decidiram quem iria representar os moradores em razão do seu papel na militância no movimento.

---

<sup>22</sup> *Ibidem*, p.333.

Por meio dos relatos, pude observar a importância e reconhecimento que os moradores dão ao MAB. Todos destacaram seu importante papel na luta pelos direitos da comunidade, tendo alguns deles enfatizado que, se não fosse à ajuda do movimento, eles não estariam naquele território. Partindo da luta do movimento que, junto dos moradores do acampamento, enfrenta as audiências em busca da permanência nas terras, o MAB mostra sua representatividade e força, e é em razão de suas ações que muitos dos atingidos agora reconhecem seu papel político e social. Em todas as reuniões, encontros e eventos que são promovidos pelo MAB, a liderança participa e leva junto consigo alguns dos/as moradores/as, quando possível. Durante as reuniões, destacam-se as principais ações desenvolvidas pelo MAB, inclusive, o acampamento está entre uma das lutas do movimento. Existem outros acampamentos que sofrem na justiça com as ameaças do CESTE na retirada do território ocupado e o movimento tem lutado pelo assentamento de todos estes acampamentos, como o caso do Coragem.

Todos os pescadores/as e ribeirinhos/as aumentam suas expectativas acerca do ganho da terra em razão da participação do MAB nesta luta. Dentro desse contexto, destacamos o papel educativo e político que o movimento social tem promovido na luta dos atingidos por barragens. Cabe ressaltar que a construção social do indivíduo enquanto militante é marcada por suas trajetórias de luta contra a implantação da UHE de Estreito. Através da vinda do empreendimento para a região foi que muitos deles souberam acerca de seus direitos violados e encontraram no MAB a forma de reivindicá-los.

## 6. Considerações finais

As atuações das mulheres nortistas na luta pela terra, e as práticas educativas desenvolvidas por elas em seus processos de resistência destacaram o protagonismo feminino na luta e permanência em territórios tradicionais. Conforme explicitado neste trabalho, a participação das mulheres indígenas apinajés na linha de frente do combate a Covid-19, perpetuam práticas educativas de formação de saberes e cuidado ante o contexto pandêmico que tanto afetou as comunidades tradicionais. O papel dos movimentos sociais como instrumento político e pedagógico na formação de militância da população atingida do Acampamento Coragem destacam como os processos educativos não formais permeiam as fontes geradoras de saber que o MAB



se constitui na luta das comunidades ribeirinhas. Com isso, a formação política e o reconhecimento enquanto detentor de direitos contribui na formação social e política dos acampados e acampadas do Acampamento Coragem. Dessa forma, as ações e práticas desenvolvidas por mulheres indígenas e ribeirinhas enfatizam a luta, resistência, e o papel desenvolvido por estas em seus processos de luta pela terra.

### Referências bibliográficas

ALMEIDA, Alfredo W. B. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 6, n. 1, p. 9-32. Maio. 2004.

BRAGA, F. R.; BERTOLDI, M. R. **As mulheres das comunidades tradicionais na promoção do desenvolvimento sustentável**. In: CONPEDI/UNICURITIBA. (Org.). XXII Encontro Nacional do CONPEDI/UNICURITIBA. 1ed. Florianópolis: FUNJAB, 2013, v., p. 225-251.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020.

GOHN, Maria Glória. Movimentos Sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação** v. 16, n. 47: 333-361, 2011.

LEANDRO, E. F.; DIAS, A. L.; BOMFIM, A. C. A educação não formal: Um espaço alternativo da educação. In: **XIII Congresso Nacional de Educação EDUCERE: III Congresso Nacional de Educação**: Anais. Curitiba, 2017. p. 7209-7219.

MALVES, Patrícia Barba; ALVES, Alice Margarida Negreiros. Da ilha ao Mirindiba: expulsão e invisibilidade de mulheres pela hidrelétrica de Estreito – Tocantins. In: SILVA JÚNIOR, Amintas Lopes da, *et al* (Orgs.). **Educação do campo, agroecologia e questão agrária**: a experiência do curso de resistência agrária na construção do lala Amazônico. Marabá, PA: iGuana, 2018.

ROCHA, Welitânia de Oliveira. **A vida de Nhiro**: etnobiografia de uma cacica Apinajé. 2016. 58f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal do Tocantins, UFT: Tocantinópolis, 2016.

ROCHA, Welitânia de Oliveira. **O movimento das mulheres indígenas Apinajé**: Tempo, Política e chefia feminina. 2018. 128f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade de Brasília. DF: Brasília, 2018.

SACCHI, Ângela, GRAMKOW, Márcia Maria. (Orgs.) **Gênero e povos indígenas**: coletânea de textos produzidos para o "Fazendo Gênero" e para a "27ª Reunião

Brasileira de Antropologia". Rio de Janeiro, Brasília: Museu do Índio/ GIZ/FUNAI, 2012.

SAFIOTTI, B.I. Hellieth. **Gênero, Patriarcado, Violência**. Editora Fundação Perseu Abramo. São Paulo 2004.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções sobre território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

TORRES, Carina, Alves. **Mulheres Indígenas Apinajé: Trajetórias Socioespaciais em Tocantinópolis (TO)**. 2020, 115f, Dissertação de (Mestrado em Estudos de Cultura e Território) - Universidade Federal do Tocantins, UFT: Araguaína, 2020.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: DIFEL, 1983.